



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

**PREGÃO ELETRÔNICO** 01/2026

**NÚMERO DO PREGÃO NO COMPRASNET** – 90001/2026

**CONTRATANTE:** Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/PB

**OBJETO:** A presente licitação é um pregão eletrônico para 100

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 239.095,53** (duzentos e trinta e nove mil noventa e cinco reais e cinquenta e três , centavos)

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 12/03/2026 às 09h**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço Global**

**MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

**EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026**  
**(Processo Administrativo n.º 1239900/2025)**

Torna-se público que o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/PB, sediado na Av. Dom Pedro I, 809 – Tambiá – João Pessoa/PB, por meio do agente de contratação e equipe de apoio, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais, equipamentos e prestação de serviços técnicos de engenharia de redes, visando à implantação completa de uma infraestrutura de rede local de computadores, com e sem fio (cabearamento estruturado e rede Wi-Fi), nas inspetorias do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba (Crea-PB) localizadas em Cajazeiras, Sousa e Patos.

1.1. A licitação será realizada em único grupo.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de aceitabilidade da proposta será a de menor preço global.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**2.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

**2.5.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

**2.5.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.5.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.5.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.5.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.5.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.5.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.5.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.5.9.** *pessoas jurídicas reunidas em consórcio;*

**2.5.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.5.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

*3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.3.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.3.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.3.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.3.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.33 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

**3.10.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**3.10.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**3.11.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**3.11.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1.** Valor total dos itens;

**4.1.2.** Marca;

**4.1.3.** Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

**4.1.4.** *Quantidade cotada, conforme os bens descritos no Termo de Referência;*

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

**4.7.1.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**4.7.2.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (cem reais)**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Será adotado para o envio de lances o pregão eletrônico o modo de disputa <aberto e fechado>, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.

**5.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos. Após esse prazo e, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**5.11.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.11.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**5.11.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.11.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.17.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.17.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.17.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.17.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.17.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**5.17.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.17.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.17.2.2. empresas brasileiras;

5.17.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.17.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.18.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

definido pela Administração.

**5.18.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.18.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.18.4.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.18.5.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.20. Mesmo a licitação pelo valor global, **deverá** ser observado os valores máximos de cada item na formação do valor global sob pena de desclassificação do licitante.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**6.1.1.** SICAF;

**6.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**6.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

**6.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**6.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**6.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

**6.5.1.** conter vícios insanáveis;

**6.5.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

**6.5.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.5.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.5.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**6.6.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.6.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.6.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**6.7.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**6.7.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.9. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.11. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.12. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.13. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas.

7.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

**7.8.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

**7.9.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.10.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**7.10.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**7.11.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**7.11.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

**7.12.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**7.12.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.18. Qualificação Técnica do Licitante:

7.18.1 Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea), em plena validade.

7.18.2 Comprovação de aptidão para a execução de serviços similares ao objeto desta contratação, por meio de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente. Será admitida a apresentação e o somatório de diferentes atestados para comprovação do quantitativo mínimo.

7.18.3 Em caso de participação de cooperativas, será exigida a documentação complementar específica, conforme o prompt do usuário, para comprovar a regularidade jurídica e a capacitação dos cooperados.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**8.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**8.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez)



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

minutos.

**8.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**8.3.4.** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://creapb.org.br/>

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1. As sanções Administrativas são às previstas no Termo de Referência, anexo a este Edital e no item 9.3 abaixo.

9.2. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**9.2.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**9.2.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.2.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.2.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.2.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.2.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.2.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**9.2.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.2.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**9.2.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**9.2.5.** fraudar a licitação;

**9.2.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em es-



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

pecial quando:

9.2.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.2.2.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.2.2.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**9.2.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**9.2.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**9.3.1.** advertência;

**9.3.2.** multa;

**9.3.3.** impedimento de licitar e contratar e;

**9.3.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

**9.4.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**9.4.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**9.4.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**9.4.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**9.4.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 5 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**9.5.1.** Para as infrações previstas nos itens a, b, e d, do item 1.1 do TR a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 0, 0 e 0, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 0, 0, 0, 0 e 0, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 0, 0 e 0 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 0, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo e-mail* [licitacaocreapb@creapb.org.br](mailto:licitacaocreapb@creapb.org.br);

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**10.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11.DA APLICABILIDADE DO DECRETO Nº 7.174/2010**

11.1. A contratação dos itens a,b, c e d do item 1.1 do sujeita-se ao disposto no Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, que regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação, bem como ao artigo 26 da lei 14.133/21.

11.2. Para os itens acima mencionados, a Administração considerará a margem de preferência para produtos de informática e automação produzidos no país, conforme o art. 3º do Decreto nº 7.174/2010 e a lista de produtos da Portaria Interministerial vigente.

11.3. A licitante que pretender se beneficiar da margem de preferência deverá apresentar, no momento da proposta, a Certificação de Tecnologia Desenvolvida no País (TDP) ou declaração equivalente, nos termos do Decreto nº 5.906/2006 ou norma que vier a substituí-la.

11.4. O não cumprimento dos requisitos técnicos ou a não apresentação da comprovação





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

documental (quando exigido) resultará na desclassificação da proposta para o item específico, sem prejuízo de outras sanções.

**12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://creapb.org.br/>

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**12.11.1. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**12.11.2. ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA**

**12.11.3. ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO**

João Pessoa, 10 de fevereiro de 2026

Sergio Quirino de Almeida  
Comissão de Contratação  
Mat. 191



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/2021**

(Processo Administrativo nº 1239900/2025)

**1. Definição do Objeto, Quantitativos e Prazos**

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais, equipamentos e prestação de serviços técnicos de engenharia de redes, visando à implantação completa de uma infraestrutura de rede local de computadores, com e sem fio (cabeamento estruturado e rede Wi-Fi), nas inspetorias do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba (Crea-PB) localizadas em Cajazeiras, Sousa e Patos.

O escopo dos serviços abrange o projeto executivo, a instalação e a configuração de todos os componentes da nova infraestrutura, incluindo:

- **Cabeamento Estruturado (Rede Lógica):** Instalação de pontos de rede, conforme as normas ABNT NBR 14565 e ABNT NBR 16264. O cabeamento será do tipo U/UTP (Unshielded Twisted Pair), categoria 6, conforme as especificações técnicas detalhadas no item 1.1 e em consonância com as normas pertinentes, como a ABNT NBR 14565.
- **Fornecimento e Instalação de Equipamentos Ativos e Passivos:** Inclui Racks de Piso, Patch Panels, Switches Gerenciáveis e Access Points.

**1.1. Especificações Técnicas e Quantitativos**

A contratação será baseada nos seguintes quantitativos e especificações mínimas, em total conformidade com os objetivos de modernização, segurança e otimização de recursos da Administração Pública, conforme Art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

**a) Switches Gerenciáveis**

Serão adquiridos 3 (três) switches de acesso gerenciáveis, com capacidade de comutação na camada 2 (L2) e suporte a VLANs e Quality of Service (QoS). Os dispositivos devem possuir as seguintes características:

- **Capacidade de Comutação:** A velocidade da porta será de 1 Gbps.
- **Gerenciamento:** O gerenciamento da rede deve ser simplificado, incluindo a capacidade de gerenciamento em nuvem, e deve ser compatível com o software OmniVista Network Management System (NMS).
- **Características Físicas:** Serão fornecidas 3 (três) unidades de 48 portas Gigabit Ethernet (GE), sendo 1 (uma) para cada inspetoria (Sousa, Cajazeiras e Patos).
- **Portas SPF:** Possuir no mínimo 04 portas 1GE/10GE SPF + uplink e 02 1GE.
- **Fonte :** Possuir fonte primária modular capacidade de 87 W e compartimento para fonte de backup.
- **Porta RJ-45:** Possuir 48 portas.
- **Portas USB:** No mínimo 01 porta.
- **Porta Console:** Possuir 01 porta console.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

- **Tamanho do sistema de arquivos:** possuir memória flash para sistema de arquivos com 01 GB.
- **Memória RAM:** Possuir memória RAM de no mínimo 2 GB.
- **Capacidade de comutação ASIC:** Possuir capacidade de comutação em aplicações ASIC de 216 Gb/s.
- **Capacidade de comutação:** Possuir capacidade de comutação de 216 Gb/s.
- **Throughput:** Possuir throughput de 160,7 Mpps.
- **Dissipação de calor:** Possuir capacidade de dissipação de 297 BTU/h.
- **Tempo Médio entre falhas de:** Possuir MTBF de 665 k.
- **Temperatura de operação:** 0° á 45° C.
- **Gerenciamento Simplificado:** CLI (Interface de Linha de Comando) intuitiva em um ambiente BASH scriptável via console, Telnet ou Secure Shell (SSH) v2 sobre IPv4/IPv6. Poderosa Interface Gráfica Web (WebView) via HTTP e HTTPS sobre IPv4/IPv6+. Interface de serviços web RESTful totalmente programável com suporte a XML e JSON. A API permite acesso à CLI e a objetos MIB individuais. Integrado com os produtos Alcatel-Lucent OmniVista para gerenciamento de rede. Configuração completa e relatórios usando SNMPv1/2/3 para facilitar o gerenciamento de rede de terceiros sobre IPv4/IPv6. Upload de arquivos usando USB, TFTP, FTP, SFTP ou SCP com IPv4/IPv6. Arquivos de configuração baseados em ASCII, legíveis por humanos, para edição off-line, configuração em massa e auto provisionamento direto da caixa. Agente OpenFlow 1.3.1 e 1.0 totalmente programável para controle de portas OpenFlow nativas e híbridas. Suporte a múltiplas imagens de microcódigo com recuperação de fallback. Relay do Protocolo de Configuração Dinâmica de Host (DHCP) para IPv4/IPv6. Protocolo de Descoberta da Camada de Enlace IEEE 802.1AB (LLDP) com extensões de Descoberta de Ponto Final de Mídia (MED). Protocolo de Tempo de Rede (NTP). Servidor DHCPv4 e DHCPv6 gerenciado pelo Gerenciamento de Endereços IP DNS/DHCP da Alcatel-Lucent.
- **Suporte a Redes:** Possuir suporte a rede IPv4 e IPv6.
- **Monitoramento e solução de problemas:** Registro local (na memória flash) e em servidor remoto (Syslog): registro de eventos e comandos; Ferramentas de IP: ping e trace Route; Suporte a Dying Gasp via mensagens SNMP e syslog; Suporte a endereço IP de loopback para gerenciamento por serviço; Espelhamento baseado em política e porta; Espelhamento de porta remoto; sFlow v5 e Monitoramento Remoto (RMON); Detecção de Link Unidirecional (UDLD), Monitoramento de Diagnóstico Digital (DDM)
- **Configuração de Rede:** Recurso de download de autoconfiguração remota; Portas 10/100/1000 com auto-negociação que configuram automaticamente a velocidade da porta e a configuração duplex; Auto MDI/MDIX que configura automaticamente os sinais de transmissão e recepção para suportar cabeamento direto e crossover; O cliente BOOTP/DHCP permite a autoconfiguração das informações de IP do switch para uma implantação simplificada; Relay DHCP para encaminhar solicitações de clientes a um servidor DHCP; Protocolo de Descoberta da Camada de Enlace IEEE 802.1AB (LLDP) com extensões MED para descoberta automatizada de dispositivos; Protocolo de Registro de Múltiplas VLANs (MVRP) para descarte de VLANs em conformidade com IEEE 802.1Q e criação dinâmica de VLANs; Auto QoS para o



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

tráfego de gerenciamento do switch, bem como para o tráfego de telefones IP da Alcatel-Lucent; Protocolo de Tempo de Rede (NTP) para sincronização de tempo em toda a rede; Chassis virtual de até 8 unidades.

- **Resiliência e alta disponibilidade :** Gerenciamento unificado, controle e tecnologia de chassis virtual, gerenciador de supervisor redundante 1+N do Chassis Virtual, atualização de Software em Serviço (ISSU) do Chassis Virtual, tecnologia de comutação contínua inteligente, ITU-T G.8032/Y1344 2010: Proteção de Anel Ethernet, protocolo de Árvore de Abrangência Múltipla IEEE 802.1s (MSTP) que engloba o Protocolo de Árvore de Abrangência IEEE 802.1D (STP) e o Protocolo de Árvore de Abrangência Rápida IEEE 802.1w (RSTP) árvore de abrangência por VLAN (PVST+) e modo 1x1 STP, protocolo de Controle de Agregação de Links IEEE 802.3ad/802.1AX (LACP) e grupos LAG estáticos entre módulos, protocolo de Redundância de Roteador Virtual (VRRP) com recursos de rastreamento, autodescoberta de protocolo IEEE, detecção de Encaminhamento Bidirecional (BFD) para detecção rápida de falhas e tempos de reconvergência reduzidos em um ambiente roteado, fontes de alimentação redundantes e hot-swappable, proteção de CPU embutida contra ataques maliciosos, proteção de Chassis Virtual Dividido, autodetecção e recuperação de divisão do Chassis Virtual devido a uma ou mais falhas de VFL ou de elemento de pilha.
- **Segurança avançada e controle de acesso:** Estrutura Alcatel-Lucent Access Guardian para NAC (Controle de Acesso à Rede) abrangente baseado em políticas de usuário; Suporte multicliente e multi-VLAN com autodetecção IEEE 802.1X; Autenticação baseada em MAC para hosts não-IEEE 802.1X.
- **Licença para sistema de gestão centralizada :** Licença para 36 meses para operação com OminiVista Cirrus

Item	Inspetoria de Sousa	Inspetoria de Cajazeiras	Inspetoria de Patos	Total Geral
Switches Gerenciáveis	1 unidade (48 portas)	1 unidade (48 portas)	1 unidade (48 portas)	3 unidades

**b) Access Points (Pontos de Acesso)**

Serão fornecidos 5 (cinco) Access Points, que devem ser do modelo AP1301 da série Stellar da marca Alcatel-Lucent Enterprise ou equivalente. O modelo AP1301 deve ser do tipo Wi-Fi 6 (802.11ax). O gerenciamento dos Access Points deve ser feito de forma centralizada e em nuvem. Suas características mínimas incluem:

- **Padrão Wi-Fi:** IEEE 802.11ax (Wi-Fi 6) com compatibilidade retroativa para padrões anteriores (802.11a/b/g/n/ac).
- **Taxa de Transferência:** Suporte para taxas de dados agregadas de até 1.774 Mbps.
- **Gerenciamento:** Capacidade de gerenciamento centralizado por meio da plataforma OmniVista Cirrus NMS.
- **Segurança:** Suporte a WPA3 e outros protocolos avançados de segurança<sup>12</sup>.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

- **Quantitativos:** Serão 2 (duas) unidades para a Inspetoria de Sousa, 1 (uma) para a Inspetoria de Cajazeiras e 2 (duas) para a Inspetoria de Patos.
- **Especificação do Rádio :** Tipo de AP: Interior; Rádio Duplo: 5 GHz 802.11ax 2x2:2 e 2.4 GHz 802.11ax 2x2:2; 5 GHz: 2x2:2 até 1.2 Gbps de taxa de dados sem fio para dispositivos cliente individuais 2SS HE80 802.11ax; 2.4 GHz: 2x2:2 até 574 Mbps de taxa de dados sem fio para dispositivos cliente individuais 2SS HE40 802.11ax; Bandas de frequência suportadas (restrições específicas de cada país se aplicam): 2.400 a 2.4835 GHz, 5.150 a 5.250 GHz, 5.250 a 5.350 GHz, 5.470 a 5.725 GHz, 5.725 a 5.850 GHz; Canais disponíveis: Dependente do domínio regulatório configurado; Brasil: Potência máxima de transmissão: 21 dBm em 2.4 GHz, 21 dBm em 5 GHz; Potência máxima de transmissão (agregada, total conduzida) (limitada por requisitos regulatórios locais): 21 dBm em 2.4 GHz (18 dBm por cadeia), 21 dBm em 5 GHz (18 dBm por cadeia); DFA (Ajuste de Frequência Dinâmica): Otimiza os canais disponíveis e fornece a potência de transmissão adequada; Intervalo de guarda curto para canais de 20-MHz, 40-MHz e 80-MHz; Beamforming de transmissão (TxBF) para maior confiabilidade e alcance do sinal; Agregação de pacotes 802.11n/ac: Unidade de Dados de Protocolo Mac Agregada (A-MPDU), Unidade de Dados de Serviço Mac Agregada (A-MSDU); Taxas de dados suportadas (Mbps): 802.11b: 1, 2, 5.5, 11, 802.11a/g: 6, 9, 12, 18, 24, 36, 48, 54, 802.11n (2.4 GHz): 6.5 a 300 (MCS0 a MCS15, HT20 a HT40), 802.11n (5 GHz): 6.5 a 600 (MCS0 a MCS31, HT20 a HT40), 2.4 GHz 256-QAM: 6.5 a 400 (MCS0 a MCS9, NSS=1 a 2, VHT20 a VHT40), 802.11ac: 6.5 a 866.7 (MCS0 a MCS9, NSS = 1 a 2, VHT20 a VHT80), 802.11ax (2.4GHz): 3.6 a 574 (MCS0 a MCS11, NSS = 1 a 2, HE20 a HE40), 802.11ax (5GHz): 3.6 a 1201 (MCS0 a MCS11, NSS = 1 a 2, HE20 a HE80); Tipos de modulação suportados: 802.11b: BPSK, QPSK, CCK, 802.11a/g/n/ac: BPSK, QPSK, 16-QAM, 64-QAM, 256-QAM, 802.11ax: BPSK, QPSK, 16-QAM, 64-QAM, 256-QAM, 1024-QAM; Suporte a alta taxa de transferência (HT) 802.11n: HT 20/40; Suporte a taxa de transferência muito alta (VHT) 802.11ac: VHT 20/40/80; Suporte a alta eficiência (HE) 802.11ax: HE 20/40/80; Coexistência Celular Avançada (ACC): Minimiza a interferência de redes celulares 3G/4G, sistemas de antena distribuída e equipamentos comerciais de small cell/femtocell
- **Licença para sistema de gestão centralizada :** Licença para 36 meses para operação com OminiVista Cirrus
- **Interface:** 2x porta autosensing 10/100/1000Base-T (RJ-45) , compatível com Power over Ethernet (PoE) 802.3af , 802.3az Energy Efficient Ethernet (EEE); 1x USB 2.0 Tipo C (5V, 500mA); Botão de reset: Reset de fábrica.
- **Indicadores Visuais:** Para status do sistema e do rádio ; Vermelho piscando: Sistema anormal, link inativo (down); Luz vermelha: Inicialização do sistema; Piscando alternadamente em vermelho e azul: Sistema em execução, atualização do SO (Sistema Operacional); Luz azul: Sistema em execução, ambas as bandas (dual bands) funcionando; Verde piscando: Sistema em execução, nenhuma SSID criada; Luz verde: Sistema em execução, banda única (single band) funcionando; Piscando alternadamente em vermelho, azul e verde: Sistema em execução, usado para localização de um AP.
- **Antena:** 2x2:2 em 2.4 GHz, 2x2:2 em 5 GHz; Antenas omnidirecionais integradas com ganho máximo de 3.3 dBi em 2.4 GHz e 3.3 dBi em 5 GHz.
- **Sensibilidade e recebimento:**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

	<b>2.4 GHz</b>	<b>5 GHz</b>
<b>1 Mbps</b>	<b>-97</b>	<b>-</b>
<b>11 Mbps</b>	<b>-90</b>	<b>-</b>
<b>6 Mbps</b>	<b>-93</b>	<b>-93</b>
<b>54 Mbps</b>	<b>-76</b>	<b>-77</b>
<b>HT20 (MCS0/8)</b>	<b>-93</b>	<b>-93</b>
<b>HT20 (MCS7/15)</b>	<b>-73</b>	<b>-76</b>
<b>HT40 (MCS0/8)</b>	<b>-91</b>	<b>-91</b>
<b>HT40 (MCS7/15)</b>	<b>-72</b>	<b>-74</b>
<b>VHT20 (MCS0)</b>	<b>-93</b>	<b>-93</b>
<b>VHT20 (MCS8)</b>	<b>-71</b>	<b>-73</b>
<b>VHT40 (MCS0)</b>	<b>-91</b>	<b>-91</b>
<b>VHT40 (MCS9)</b>	<b>-67</b>	<b>-68</b>
<b>VHT80 (MCS0)</b>	<b>-93</b>	<b>-88</b>
<b>VHT80 (MCS9)</b>	<b>-64</b>	<b>-64</b>
<b>HE20 (MCS0)</b>	<b>-90</b>	<b>-93</b>
<b>HE20 (MCS11)</b>	<b>-62</b>	<b>-65</b>
<b>HE40 (MCS0)</b>	<b>-</b>	<b>-91</b>
<b>HE40 (MCS11)</b>	<b>-</b>	<b>-62</b>
<b>HE80 (MCS0)</b>	<b>-</b>	<b>-88</b>





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

<b>HE80 (MCS11)</b>	<b>-</b>	<b>-59</b>
-------------------------	----------	------------

- **Potência de Máxima de transmissão:**

- **Potência Máxima de Transmissão (por cadeia)**

2.4 GHz:

- 1 Mbps: 18 dBm
- 11 Mbps: 18 dBm
- 6 Mbps: 18 dBm
- 54 Mbps: 16 dBm
- HT20 (MCS0/8): 18 dBm
- HT20 (MCS7/15): 15 dBm
- HT40 (MCS0/8): 18 dBm
- HT40 (MCS7/15): 15 dBm
- VHT20 (MCS0): 18 dBm
- VHT20 (MCS8): 14 dBm
- VHT40 (MCS0): 18 dBm
- VHT40 (MCS9): 14 dBm
- VHT80 (MCS0): 18 dBm
- VHT80 (MCS9): 14 dBm
- HE20 (MCS0): 18 dBm
- HE20 (MCS11): 14 dBm
- HE40 (MCS0): 18 dBm
- HE40 (MCS11): 14 dBm
- HE80 (MCS0): 18 dBm
- HE80 (MCS11): 14 dBm

5 GHz:

- 1 Mbps: 18 dBm
- 11 Mbps: 16 dBm
- 6 Mbps: 18 dBm
- 54 Mbps: 15 dBm
- HT20 (MCS0/8): 18 dBm



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

- HT20 (MCS7/15): 15 dBm
- HT40 (MCS0/8): 18 dBm
- HT40 (MCS7/15): 15 dBm
- VHT20 (MCS0): 18 dBm
- VHT20 (MCS8): 15 dBm
- VHT40 (MCS0): 18 dBm
- VHT40 (MCS9): 14 dBm
- VHT80 (MCS0): 18 dBm
- VHT80 (MCS9): 15 dBm
- HE20 (MCS0): 18 dBm
- HE20 (MCS11): 15 dBm
- HE40 (MCS0): 18 dBm
- HE40 (MCS11): 15 dBm
- HE80 (MCS0): 18 dBm
- HE80 (MCS11): 14 dBm
- **Alimentação:** Suporta alimentação direta por DC e Power over Ethernet (PoE); Quando ambas as fontes de energia estão disponíveis, a alimentação DC tem prioridade sobre o PoE; Fonte DC direta: 48 V DC nominal, +/- 5%; Power over Ethernet (PoE): fonte IEEE 802.3af; Consumo máximo de energia (na pior das hipóteses): 13,1W (entrada IEEE 802.3af POE); funcionalidade irrestrita.
- **Temperatura e umidade de operação:** Temperatura: 0°C a 45°C (-32°F a +113°F); Umidade: 5% a 95% sem condensação
- **Tempo médio entre falhas:** 1.118.457h (127,67 anos) na temperatura de operação de +25°C.
- **Quantidade de SSIDS:** ☐ Até 8 SSIDs por rádio (total de 16 SSIDs); Suporte para até 512 dispositivos cliente associados.
- **Recursos e Software:** ☐ Até 4K (4.000) APs quando gerenciados pelo OmniVista 2500. Sem limite para o número de grupos de APs; Até 255 APs por cluster gerenciado via web (HTTP/HTTPS); Seleção automática de canal; Controle automático da potência de transmissão; Controle de largura de banda por SSID; Roaming L2; Roaming L3 com OmniVista 2500; Portal cativo (interno/externo); Autoregistro de convidado (notificação por SMS opcional) com OmniVista 2500; Banco de dados de usuário interno; Cliente RADIUS; Login social de convidado com OmniVista 2500; Autenticação proxy RADIUS com OmniVista 2500; Autenticação proxy LDAP/AD com OmniVista 2500; QoS sem fio; Direcionamento de banda (Band steering); Balanceamento de carga inteligente do cliente; Evitar "stickiness" do cliente; Rastreamento do comportamento do usuário; Lista branca/preta; Provisionamento sem toque (ZTP); Cliente NTP; ACL; DHCP/DNS/NAT; MESH sem fio P2P/P2MP; Ponte sem fio; Localização e contenção de APs desonestos (rogue); AP de Escaneamento Dedicado; Relatório de log do sistema; SSHv2; SNMPv2,



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

SNMPv3; Detecção de ataque sem fio com OmniVista 2500; Planta baixa e mapa de calor com OmniVista 2500; Suporte a RTLS da Stanley Healthcare/Aeroscout.

- **Normas IEEE suportadas:** IEEE 802.11a/b/g/n/ac/ax; IEEE 802.11e WMM, U-APSD; IEEE 802.11h, 802.11i, 802.11e QoS; IEEE 802.1Q (Marcação de VLAN); 802.11k Gerenciamento de Recursos de Rádio; 802.11v Gerenciamento de Transição BSS; 802.11r Roaming Rápido; 802.11w Quadro de Gerenciamento Protegido.

Item	Inspetoria de Sousa	Inspetoria de Cajazeiras	Inspetoria de Patos	Total Geral
Access Points	2 unidades	1 unidade	2 unidades	5 unidades

**c) Racks de Piso**

Serão fornecidos e instalados 3 (três) Racks de Piso padrão 19 " por 570 mm, para acomodação e proteção dos equipamentos de rede. Devem ser do modelo de 25U e ter as seguintes características:

- **Tipo:** Rack de Piso.
- **Capacidade:** Mínima de 24 Unidades de Rack (U).
- **Porta :** porta com visor transparente.
- **Acessórios:** Devem ser fornecidos junto como os racks 06 bandejas fixa no padrão 570 mm com 04 pontos de fixação no rack, devem ser fornecido junto com as bandejas todos os acessórios para fixação da bandeja , bem com os guia de cabos , 01 calha com 08 tomadas para cada rack e kit de resfriamento com 02 ventiladores.

Item	Inspetoria de Sousa	Inspetoria de Cajazeiras	Inspetoria de Patos	Total Geral
Racks de Piso	1 unidade (24 Us)	1 unidade (24 Us)	1 unidade (24 Us)	3 unidades

**d) Pontos de Rede Lógica (Cabeamento Estruturado)**

O cabeamento estruturado deverá seguir os requisitos mínimos da ABNT NBR 14565 para cabeamento UTP, Categoria 6, que prevê a utilização de cabos de quatro pares trançados não blindados<sup>14</sup>. As especificações incluem:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

- **Cabo:** Cabo de quatro pares trançados, U/UTP, categoria 6, com performance de até 250 MHz. Deve ser homologado pela ANATEL e em conformidade com as normas ABNT NBR 14565 , ABNT NBR 16264 e as ISO/IEC 11801.
- **Normas de Instalação:** O projeto e a instalação devem seguir rigorosamente a norma ABNT NBR 14565:2000. É vedada a realização de emendas no cabo. A distância máxima do canal não deve exceder 100m, sendo o cabo horizontal de no máximo 90m.
- **Acessórios:** Serão utilizados patch panels modulares de 24 portas, categoria 6. Os conectores (jacks) devem ser da mesma categoria do cabo.
- **Patch panel:** Conector RJ45 fêmea fixado ao circuito impresso; 24 portas ( módulos de 06 portas; RJ-45: Bronze fosforoso com 50  $\mu$ in (1,27  $\mu$ m) de ouro e 100  $\mu$ in (2,54 $\mu$ m) de níquel 110 IDC: Bronze fosforoso com 100  $\mu$ in (2,54  $\mu$ m) de níquel e estanhado; Estrutura: Aço SAE 1020; Painel frontal: Termoplástico de alto impacto não propagante a chama, UL 94V-0; Guia de cabos traseiro: suportes laterais em aço SAE 1020 e barra em material termoplástico de alto impacto; Resistente e protegido contra corrosão; condutor que suporte diâmetros de 26 a 22 AWG; Padrão de montagem T568A e T568B; Temperatura de operação -40°C a +70°C; Resistência de Isolamento 500 M $\Omega$ ; Resistência de Contato 20m $\Omega$ ; Resistência DC 0,1 $\Omega$ ; Prova de Tensão Elétrica entre Condutores 1000VDC ou Pico AC (60Hz, 1 min) - Contato a contato, 1500VDC ou Pico AC (60Hz, 1 min) - Contato a painel / Face condutiva; Corrente nominal 7 A.
- **Quantitativos:** O total de pontos será distribuído conforme a tabela abaixo:

Item	Inspetoria de Sousa	Inspetoria de Cajazeiras	Inspetoria de Patos	Total Geral
Pontos de Rede Lógica	41 pontos	30 pontos	30 pontos	101 pontos

## 1.2. Prazos de Execução e Entrega

O prazo máximo para a execução completa dos serviços e entrega do objeto será de **90 (noventa) dias corridos**, contados a partir da data de assinatura do contrato, sob pena de sanções e penalidades previstas em edital e na legislação vigente.

Endereços de entrega:

## 2. Fundamentação da Contratação e Justificativa

A presente contratação tem como finalidade primordial a solução de deficiências críticas na infraestrutura de rede de computadores das inspetorias do Crea-PB em Patos, Sousa e Cajazeiras. A infraestrutura de rede existente, datada das construções de 2002 (Sousa e Cajazeiras) e da reforma de 2000 (Patos) , foi implementada de maneira arbitrária e sem a observância de normas técnicas adequadas, o que comprometeu o desempenho e a qualidade da conexão.

Essa situação resulta na impossibilidade de plena utilização dos recursos de TI e impacta negativamente a eficiência operacional e a segurança da informação, aspectos de extrema relevância para a administração pública. Além disso, a ausência de padronização, em



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

contraste com a política de uniformização de ativos de TI já em curso no Conselho desde 2016, dificulta a gestão de ativos, a aplicação de políticas de segurança e a manutenção da infraestrutura de rede. A padronização, em linha com as normas ISO/IEC 27001 e ISO/IEC 27002, é uma medida eficaz para a redução de riscos, otimização de recursos e simplificação do suporte técnico.

Portanto, a contratação de uma empresa especializada para a execução de cabeamento estruturado e o fornecimento de equipamentos padronizados é fundamental para:

- Corrigir as deficiências da infraestrutura de rede atual.
- Padronizar e otimizar os sistemas de comunicação.
- Garantir a escalabilidade e a facilidade de manutenção.
- Promover um ambiente tecnológico confiável e eficiente.
- Assegurar a segurança da informação, disponibilidade, integridade e a continuidade dos serviços prestados.
- Aumentar a produtividade e a qualidade do atendimento aos usuários dos serviços do Crea-PB.

Essa medida representa um investimento estratégico alinhado aos princípios de economicidade, eficácia e eficiência, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021. Adicionalmente, a contratação está devidamente prevista no orçamento anual da instituição, em atendimento à exigência legal de compatibilidade com as leis orçamentárias na fase preparatória da licitação, conforme o Art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

### **3. Solução como um Todo**

A solução técnica a ser contratada consiste na execução de serviços de instalação de cabeamento estruturado e no fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários para a modernização das redes de computadores nas inspetorias de Patos, Sousa e Cajazeiras. A execução dos serviços será dividida em duas frentes, em coordenação com a contratação de reforma dos prédios de Sousa e Cajazeiras.

- **Inspetorias de Sousa e Cajazeiras:** A empresa contratada será responsável pela instalação dos cabos, patch cords, conectores, patch panels, Racks, switches, access points e demais componentes passivos, após a construtora contratada para a reforma civil ter implantado a infraestrutura de tubulações e eletrocalhas.
- **Inspetoria de Patos:** Nesta unidade, a empresa contratada será integralmente responsável pela instalação do cabeamento estruturado, patch cords, conectores, patch panels, Racks, switches, access points, incluindo a implantação de tubulações, eletrocalhas, pontos de acesso e o fornecimento de todos os materiais.

Em todas as unidades, o posicionamento dos pontos de rede e a disposição dos racks serão definidos pela Gerência de Tecnologia da Informação (GTIN) do Crea-PB para alinhamento com a infraestrutura e a política de segurança da informação da instituição. A solução de conectividade sem fio, por meio de Access Points, será configurada pela contratada para garantir a integração com o sistema de gerenciamento já existente no Conselho.

A contratação não será parcelada, ou seja, não haverá a contratação de diferentes empresas para cada inspetoria ou para cada tipo de serviço. A decisão por uma única contratação, abrangendo o fornecimento de materiais e a execução dos serviços para todas as três inspetorias, fundamenta-se na economicidade, eficiência e viabilidade técnica.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

A contratação unificada proporcionará:

- **Economia de Escala:** A aquisição conjunta de equipamentos e materiais em maior volume e a centralização do serviço de instalação tendem a gerar preços mais vantajosos para a Administração Pública.
- **Uniformidade e Padronização:** Assegura a padronização e a compatibilidade técnica de todos os componentes da rede, o que é fundamental para a manutenção, a segurança e a gestão centralizada da infraestrutura.
- **Otimização da Gestão Contratual:** A gestão de um único contrato é mais simples e menos onerosa para o Crea-PB, reduzindo a burocracia e os riscos de conflitos entre diferentes contratadas.

A escolha da solução é justificada pela necessidade de manter a compatibilidade com a infraestrutura e a plataforma de gerenciamento já existentes no Crea-PB, o que evita custos adicionais com a implementação de novas tecnologias e treinamento de pessoal para sistemas distintos. A combinação do cabeamento estruturado com os equipamentos de rede e o software de gestão centralizada é a solução que melhor atende à necessidade do Conselho, garantindo um ambiente tecnológico moderno, seguro e alinhado com as melhores práticas de governança e gestão de TI.

#### **4. Modelo de Execução e Gestão do Contrato**

##### **4.1. Modelo de Execução do Objeto**

A execução do objeto da presente contratação, que consiste na implantação de rede local de computadores, será realizada pela Contratada em estrita conformidade com o projeto técnico a ser validado, as normas técnicas aplicáveis e as diretrizes da Gerência de Tecnologia da Informação (GTIN) do Crea-PB. A solução técnica abrange o fornecimento de materiais e a prestação de serviços de instalação para garantir um ambiente tecnológico padronizado, robusto, seguro e escalável.

O modelo de execução se diferenciará por unidade, conforme a seguir:

- **Inspetorias de Sousa e Cajazeiras:** A Contratada será responsável pela instalação do cabeamento estruturado Categoria 6 (CAT 6), incluindo a passagem de cabos UTP, a montagem de patch panels, a conectorização dos pontos de rede e a organização dos racks de piso. A infraestrutura de tubulação e eletrocalhas será previamente executada por uma construtora distinta, contratada para a reforma civil dos prédios. A execução dos serviços de cabeamento por parte da Contratada ocorrerá após a conclusão e aceite dessa etapa, sob a orientação da GTIN do Crea-PB.
- **Inspetoria de Patos:** A Contratada será integralmente responsável por todas as etapas da implantação da rede, o que inclui a instalação completa do cabeamento estruturado, a implantação de tubulações, eletrocalhas e pontos de acesso, bem como o fornecimento de todos os materiais e acessórios necessários.

Em todas as inspetorias, o posicionamento físico dos pontos de rede e a disposição dos racks serão definidos e supervisionados pela GTIN do Crea-PB. A configuração e a integração dos Access Points ao sistema de gerenciamento já existente no Conselho serão de responsabilidade da Contratada, assegurando a compatibilidade e o alinhamento com a política de segurança da informação da instituição.

##### **4.2. Modelo de Gestão do Contrato**





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

A gestão e fiscalização do contrato serão conduzidas em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021.

- **Responsabilidade da Fiscalização:** A fiscalização do contrato ficará a cargo do Gerente de Tecnologia da Informação do Crea-PB, que atuará como fiscal técnico, nos termos do Art. 117 da Lei nº 14.133/2021. Ele será o responsável por verificar o cumprimento das especificações técnicas, dos padrões de qualidade e dos prazos estabelecidos.
- **Deveres do Fiscal do Contrato:** Ao longo da execução contratual, o fiscal deverá registrar todas as ocorrências e determinar o que for necessário para a regularização de eventuais falhas ou defeitos observados, informando a seus superiores em tempo hábil para a adoção de medidas cabíveis.
- **Responsabilidade da Contratada:** A omissão, total ou parcial, da fiscalização por parte do Crea-PB não eximirá a Contratada da sua integral responsabilidade pela perfeita execução dos serviços, pelo fornecimento dos materiais e pela reparação de eventuais vícios ou danos, conforme o Art. 120 da Lei nº 14.133/2021.
- **Comunicação de Irregularidades:** Caso sejam constatadas irregularidades ou inadimplência por parte da Contratada, o Fiscal do Contrato deverá comunicar de imediato e por escrito à Assessoria Técnica da Presidência do Crea-PB para que sejam aplicadas as sanções previstas em lei, no edital e neste Termo de Referência. A omissão do fiscal nessa comunicação acarretará sua responsabilidade solidária por eventuais danos causados.

## **5. Critérios de Medição e Pagamento**

Esta seção estabelece os critérios técnicos para a medição dos serviços, as condições para a efetivação do pagamento à Contratada, a forma de reajuste de preços e as demais condições financeiras da execução contratual, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

### **5.1. Critérios de Medição**

A medição do objeto contratual será aferida mediante a verificação da conformidade dos itens com este Termo de Referência, a execução do serviço e os quantitativos estabelecidos. A medição compreende a verificação da conformidade e da entrega de todos os equipamentos e materiais, que devem ser novos e de primeiro uso. Será realizada uma vistoria para atestar as condições físicas dos equipamentos e sua conformidade com as características técnicas indicadas.

### **5.2. Condições para Pagamento**

O pagamento à Contratada será processado após a regular liquidação da despesa, observando as seguintes condições:

- **Prazo para Liquidação:** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, o setor competente terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para a liquidação, prorrogável por igual período, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- **Prazo Reduzido:** O prazo acima será reduzido pela metade, com possibilidade de prorrogação, para contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.
- **Verificação Documental:** Para fins de liquidação, o setor competente verificará se a nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente contém os elementos



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

essenciais, como prazo de validade, data de emissão, dados do contrato e do órgão contratante, período de execução, valor a pagar e o destaque de retenções tributárias cabíveis.

- **Sanamento de Irregularidades:** Havendo erro na documentação, a liquidação da despesa ficará suspensa até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. O prazo para pagamento será reiniciado após a comprovação da regularização, sem ônus para o Contratante.
- **Comprovação de Regularidade:** A nota fiscal deverá ser acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, mediante consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade, aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- **Procedimento em caso de Irregularidade:** Constatada irregularidade, a Contratada será notificada e terá 5 (cinco) dias úteis para regularizar a situação ou apresentar defesa, prazo este prorrogável por igual período. Persistindo a irregularidade, o Contratante poderá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual, mas, havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos poderão ser realizados normalmente até que se decida pela rescisão, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- **Prazo para Pagamento:** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da finalização da liquidação da despesa, por meio de ordem bancária para crédito na conta corrente indicada pela Contratada. Será considerada data do pagamento o dia em que constar a emissão da ordem bancária.
- **Retenção Tributária:** As retenções tributárias previstas na legislação aplicável serão efetuadas. A Contratada optante pelo Simples Nacional, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, estará isenta da retenção de impostos e contribuições abrangidos por esse regime, desde que apresente comprovação oficial.

### **5.3. Forma de Reajuste de Preços**

Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano, contado da data limite para a apresentação das propostas.

- Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da Contratada, os preços poderão ser reajustados após o interregno de 1 (um) ano, com a aplicação do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- Nos reajustes subsequentes, o interregno de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- Em caso de atraso na divulgação do índice, o Contratante pagará a importância calculada pela última variação conhecida e liquidará a diferença assim que o índice definitivo for divulgado. A Contratada deverá apresentar a memória de cálculo referente ao reajuste do valor remanescente.
- Se o índice estabelecido for extinto, será adotado o que for determinado pela legislação em vigor ou, na ausência desta, as partes elegerão um novo índice oficial por meio de termo aditivo.
- O reajuste será formalizado por meio de apostilamento.

### **5.4. Demais Condições Contratuais**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

- **Prazo de Vigência Contratual:** O prazo de vigência desta contratação é de 12 (doze) meses, contados do recebimento dos equipamentos e serviços, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.
- **Subcontratação:** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- **Julgamento e Adjudicação:** O julgamento e a adjudicação do objeto serão realizados através do critério de menor preço global.
- **Rescisão Contratual:** A extinção da contratação se dará nos termos dos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021. Em caso de inadimplemento da Contratada, o Crea-PB poderá reter, cautelarmente, os créditos até o valor dos prejuízos causados.
- **Condições para Retenções ou Glosas:** A Contratada estará sujeita às seguintes penalidades, garantido o contraditório e a ampla defesa:
  - **Multa por Descumprimento de Prazos:** Multa de 0,2% por dia de atraso, limitada a 10% sobre o valor do contrato. A partir do 10º dia de atraso, o Crea-PB poderá recusar o objeto e aplicar a multa de recusa, sem cumulação com a multa diária.
  - **Multa por Recusa do Objeto:** Multa de 10% sobre o valor da contratação em caso de recusa do objeto. A recusa se configura também pela entrega fora do prazo estabelecido ou por não conformidade com as exigências do edital e do Termo de Referência.
  - **Multa por Rescisão:** Multa de 10% sobre o valor da contratação, em caso de rescisão unilateral por inadimplemento da Contratada.
  - **Outras Penalidades:** Suspensão temporária de licitar com o Crea-PB por até 2 anos e declaração de inidoneidade, podendo as multas serem aplicadas cumulativamente com outras sanções. As penalidades são proporcionais e razoáveis, estabelecidas para desestimular a inexecução contratual e garantir a boa prestação do serviço à Administração.

## **6. Critérios de Seleção do Fornecedor e Estimativa de Preços**

Esta seção define os critérios e requisitos que serão aplicados para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, bem como a metodologia de estimativa do valor da contratação, em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

### **6.1. Critérios de Seleção do Fornecedor**

A seleção do fornecedor se dará por meio de procedimento de licitação na modalidade **Pregão**, sob a forma **Eletrônica**, com adoção do critério de julgamento de **Menor Preço Global**.

#### **6.1.1. Requisitos de Habilitação**

Para ser habilitado no certame, o licitante deverá demonstrar capacidade para realizar o objeto da contratação por meio da comprovação dos requisitos de habilitação, conforme o disposto no Art. 62 da Lei nº 14.133/2021.

##### **a) Habilitação Jurídica:**

O licitante deverá apresentar os seguintes documentos que comprovem sua existência legal e capacidade para exercer direitos e assumir obrigações:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

- **Pessoa Física:** Cédula de Identidade (RG) ou documento equivalente com validade nacional.
- **Empresário Individual:** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- **Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja autenticidade será verificada no portal eletrônico oficial do governo.
- **Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal (SLU) ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI):** Inscrição do ato constitutivo (estatuto ou contrato social) no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, acompanhado de documento que comprove os poderes de seus administradores.
- **Sociedade Empresária Estrangeira:** Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial, conforme a Instrução Normativa DREI/ME n.º 77/2020.
- **Sociedade Simples:** Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- **Sociedade Cooperativa:** Ata de fundação e estatuto social, arquivados na Junta Comercial ou inscritos no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, além do registro específico previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

b) **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:**

O licitante deverá comprovar sua regularidade fiscal, social e trabalhista, por meio da apresentação dos seguintes documentos:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão conjunta da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).
- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT).
- Prova de inscrição e regularidade nos cadastros de contribuintes estaduais e municipais, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. Licitantes enquadrados como MEI estão dispensados da prova de inscrição nos cadastros estaduais e municipais.

c) **Qualificação Econômico-Financeira:**

A aptidão financeira do licitante para cumprir as obrigações do contrato será comprovada de forma objetiva, através da apresentação da seguinte documentação, conforme o Art. 69 da Lei nº 14.133/2021:

- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.
- Balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais. Para empresas constituídas há menos de 2 anos, os documentos



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

se limitarão ao último exercício, ou ao balanço de abertura no caso de empresas criadas no mesmo exercício da licitação<sup>1111</sup>.

- Os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) devem ser superiores a 1 (um). Se qualquer um dos índices for inferior ou igual a 1, será exigido capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

d) Qualificação Técnica:

O licitante deverá comprovar sua aptidão técnica e operacional, apresentando:

- Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea), em plena validade.
- Comprovação de aptidão para a execução de serviços similares ao objeto desta contratação, por meio de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente. Será admitida a apresentação e o somatório de diferentes atestados para comprovação do quantitativo mínimo.
- Em caso de participação de cooperativas, será exigida a documentação complementar específica, conforme o prompt do usuário, para comprovar a regularidade jurídica e a capacitação dos cooperados.

## 6.2. Estimativa de Preços

A estimativa de preços da contratação, em conformidade com o Art. 23, § 1º, inciso III e IV da Lei nº 14.133/2021, foi realizada com base em pesquisa de preços de mercado.

- A pesquisa foi conduzida no site Banco de Preços, onde foram coletados no mínimo 3 (três) preços para cada item da contratação.
- O valor estimado foi calculado com base na média dos preços cotados para cada item.
- O valor global estimado da contratação é de **R\$ 239.095,53 (duzentos e trinta e nove mil, noventa e cinco reais e cinquenta e três centavos)**.
- Este valor servirá como referência para a licitação, podendo ter seu caráter sigiloso preservado, se houver justificativa.
- Valor Máximo Global para Aquisição.

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA			
Discriminação	Custo unitário	Quantidade	Total
Execução de Projeto de cabeamento estruturado com implantação de	R\$ 51.566,38	3	R\$ 154.699,14
Switches	R\$ 11.817,62	3	R\$ 35.452,86
Racks	R\$ 3.862,46	3	R\$ 11.587,38



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

Ponto de acesso Wi-Fi	R\$ 7.471,23	5	R\$ 37.356,15
<b>Valor Global Máximo de aquisição</b>			R\$ 239.095,53

## **7. Adequação Orçamentária e Previsão de Recursos**

Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a presente contratação encontra-se em alinhamento com as leis orçamentárias e com a programação financeira do Crea-PB, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

### **7.1. Disponibilidade Orçamentária e Origem dos Recursos**

A viabilidade financeira da contratação foi verificada e está assegurada por dotação orçamentária específica. Os recursos serão provenientes do convênio firmado entre o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) e o Crea-PB. A despesa está programada em duas rubricas distintas:

- **Materiais e Equipamentos:** A aquisição dos equipamentos de rede será coberta pela rubrica orçamentária **6.2.2.1.01.04.03.001 – Material de Informática**.
- **Serviços:** A prestação de serviços de implantação do cabeamento estruturado, configuração e instalação dos equipamentos será financiada pela rubrica **6.2.2.1.1.01.04.09.022 – Demais Serviços Profissionais**.

### **7.2. Compatibilidade com o Planejamento Institucional**

Embora o Crea-PB não possua um Plano de Contratações Anual formalizado, a necessidade e os valores para esta contratação estão devidamente previstos no orçamento anual da autarquia. Essa previsão atende ao requisito legal de compatibilidade com as leis orçamentárias na fase preparatória da licitação.

O valor estimado de R\$ 239.095,53 (duzentos e trinta e nove mil, noventa e cinco reais e cinquenta e três centavos), obtido por meio de pesquisa de mercado, é compatível com a dotação orçamentária disponível, assegurando a economicidade e a viabilidade da despesa.

João Pessoa 04 de dezembro de 2025

---

**FRANCISCO EDSON SANTIAGO BRASIL**  
**GTIN- GERENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

---

**NESTOR LEAL ALMEIDA**  
**GERENTE ADMINISTRATIVO**





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

**ANEXO II**  
**- MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**DADOS DO LICITANTE:**

Nome empresarial:

CNPJ:

Endereço:

Tel/Fax:

CEP:

Cidade:

UF:

Banco:

Agência:

C/C:

**DADOS DO REPRESENTANTE DA LICITANTE:**

Nome:

Endereço:

CEP:

Cidade:

UF:

CPF:

Cargo/Função:

RG:

Órgão Expedido:

Naturalidade:

Nacionalidade:

Profissão:

Estado Civil:

Apresentamos a proposta final, consubstanciada no MENOR PREÇO, conforme detalhamento dos custos abaixo:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB**

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA			
Discriminação	Custo unitário	Quantidade	Total
Execução de Projeto de cabeamento estruturado com implantação de	R\$ xxx	3	R\$ xxx
Switches	R\$ xxx	3	R\$ xxx
Racks	R\$ xxx	3	R\$ xxx
Ponto de acesso Wi-Fi	R\$ xxx	5	R\$ xxx
<b>Valor Global Máximo</b>			R\$ xxx

Validade da Proposta: validade de 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública.

Local e data

Nome e assinatura do responsável legal



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA

**ANEXO II**

**MINUTA DE CONTRATO nº 0\_\_\_/202\_**

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO, QUE  
ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO  
REGIONAL DE ENGENHARIA E  
AGRONOMIA DA PARAÍBA CREA/PB E  
A EMPRESA**

O **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA CREA-PB**, sediado na Avenida Dom Pedro I, nº 809 - Tambiá - João Pessoa/PB - CEP 58.021-013, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.667.024/0001-00, neste ato representado pelo(a) Presidente, Eng.\_\_\_\_, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado a empresa\_\_\_\_, com sede na cidade de\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato por\_\_\_\_, tendo em vista o que consta no Processo nº ...../202.. e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 01/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO (art. 92, I e II)**

O objeto do presente instrumento é a contratação de contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais, equipamentos e prestação de serviços técnicos de engenharia de redes, visando à implantação completa de uma infraestrutura de rede local de computadores, com e sem fio (cabeamento estruturado e rede Wi-Fi), nas inspetorias do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba (Crea-PB) localizadas em Cajazeiras, Sousa e Patos.

1.1. Objeto da contratação:

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA			
Discriminação	Custo unitário	Quantidade	Total
Execução de Projeto de cabeamento estruturado com implantação de	R\$ xxx	3	R\$ xxx
Switches	R\$ xxx	3	R\$ xxx
Racks	R\$ xxx	3	R\$ xxx
Ponto de acesso Wi-Fi	R\$ xxx	5	R\$ xxx
<b>Valor Global Máximo</b>			R\$ xxx



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA

- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o Termo de Referência, o Edital da Licitação, a proposta do contratado e os eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ..... , na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
- 2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**4. CLÁUSULA QUARTA SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**5. CLÁUSULA QUINTA PREÇO (art. 92, V)**

- 5.1. O valor da contratação é estimado em R\$ .....  
(.....).

- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA  
ano contado da data do orçamento estimado.

- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA

- 8.9. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
- 8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA

- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

**10. CLÁUSULA DÉCIMA3 GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA

motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas <b=, <c= e <d= do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas <e=, <f=, <g= e <h= do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas <b=, <c= e <d=, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

- 1. Moratória de .....% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de ..... ( ..... ) dias;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA

administrativamente no prazo máximo de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

- 11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA

devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA  
gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Termo de Referência.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA ALTERAÇÕES**

- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 17.1. As partes atuarão conjuntamente nas operações relativas à aplicabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD. O tratamento de dados pessoais decorrentes deste instrumento contratual dar-se-á de acordo com as bases legais previstas no Art. 7 e/ou no Art. 11 da Lei nº 13.709/2018, ficando encarregado pela proteção desses dados, no que couber ao CREA/PB, o Assessor FÁBIO RONELLI, nomeado através da Portaria.
- 17.2. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA  
(LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

- 17.3. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 17.4. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 17.5. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 17.6. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 17.7. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 17.8. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 17.9. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 17.10. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 17.11. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 17.12. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 17.13. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 17.14. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA FORO (art. 92, §1º)**





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA

- 18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir as questões decorrentes da presente Rescisão do Contrato, renunciando as partes a quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam.
- 18.2. Parágrafo Único – Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes. As partes expressamente concordam que este Instrumento poderá ser assinado digitalmente. Nessa hipótese, por força da Lei nº 14.620/23, fica desde já estabelecido que (i) será válida e plenamente eficaz qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em Lei e (ii) ficam dispensadas as assinaturas das testemunhas quando a integridade das assinaturas das partes for conferida por provedor de assinaturas.

João Pessoa/PB, \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

---

PRESIDENTE DO CREA/PB

---

Representante legal da CONTRATADA